

RESENHA

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro. n. 23, Maio/Jun/Jul/Ago, 2003.

por Michelle Silva de Mattos¹

Antônio Flavio Barbosa Moreira e Vera Maria Candau são pesquisadores na área de educação e autores do artigo “Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos”. Ambos têm em comum o desenvolvimento de estudos com foco na formação de professores e na relação entre educação e cultura.

Publicado em 2003, o artigo de 13 páginas possui temática atual. Os autores iniciam o texto ilustrando a desafiadora realidade vivenciada por docentes da rede pública de ensino ao terem de atuar em salas de aula onde estão presentes diferentes grupos sociais e culturais, por vezes não “adaptados às normas, condutas e valores vigentes. Moreira e Candau apontam que, subjacente à dificuldade em lidar com as diferenças culturais dos alunos em sala de aula, residem questões refletoras das visões de cultura, escola, ensino e aprendizagem que não abrangem a prática pedagógica em um ambiente culturalmente plural e diverso.

Por outro lado, a experiência adquirida em trabalhos com docentes das redes estaduais e municipais de ensino propiciou aos autores supracitados observar que algumas escolas já despontam rumo a uma abordagem multicultural do ensino. Em suas pesquisas, os autores já verificaram, por parte de certas instituições, o desenvolvimento de iniciativas promotoras da afirmação de vozes e pontos de vista de minorias marginalizadas. Porém, em âmbito geral, eles constataram que ainda estamos distantes do que Connel (1993) conceituou como justiça curricular: um sistema de ensino pautado pela igualdade.

Moreira e Candau continuam a discussão enfatizando a necessidade de um ensino orientado pelo caráter plural da sociedade, fundamentado nas complexas e dinâmicas tensões entre políticas da igualdade e políticas da diferença. Ao mesmo tempo, reconhecem que se trata de um processo desafiador, que exigirá do professor disponibilidade para novas atitudes, busca por novos saberes, e estabelecimento de novos objetivos pedagógicos e avaliativos.

O artigo é dividido em quatro seções. Na primeira, “A centralidade da cultura”, os autores partem do pressuposto de que situar a cultura como parte essencial da vida contemporânea é o primeiro passo para o questionamento de práticas acadêmicas hegemônicas.

¹ Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Instituto Superior Anísio Teixeira (ISAT) – michellesottam@gmail.com

Esclarecem, inclusive, que “recentralização” da cultura seria o termo mais apropriado, diante do deslocamento que esta tem realizado gradualmente no campo das ciências sociais: da periferia para o centro – tendo em vista a dinâmica do enfraquecimento da divisão de áreas de conhecimento e o crescente número de estudos inter e transdisciplinares.

A premissa da segunda seção, intitulada “Escola e cultura”, é de que a escola é uma instituição cultural; portanto, esses conceitos não podem ser vistos como dois polos independentes. Moreira e Candau problematizam o conceito social da educação escolar como transmissora da cultura levantando os seguintes questionamentos: mas que cultura? Quem define os aspectos da cultura que devem fazer parte dos conteúdos escolares?

Os estudiosos apontam a tradição monocultural que sempre fez parte da educação escolar: diante da dificuldade em lidar com aspectos como a pluralidade e a diferença, tende-se a silenciá-las e neutralizá-las. Dessa forma, nesse momento do artigo é possível explicar o porquê da palavra “cultura”, em seu título, estar seguida de um “s” entre parênteses: a concepção da escola como um espaço de “cruzamento de culturas” (grifo meu) possibilitaria o desenvolvimento de um novo olhar para essa instituição e para os sujeitos socioculturais que compõem seu contexto, em prol da promoção de uma prática pedagógica plural.

Na terceira seção do artigo – “Escola, cultura e diversidade cultural: estratégias pedagógicas”, Moreira e Candau sugerem práticas educacionais para a abordagem da diversidade e da pluralidade cultural no currículo. Os autores retomam as ideias apresentadas na primeira e segunda seção, reafirmando que a percepção de cultura e escola como elementos indissociáveis contribuirá para a desestabilização desta como um ambiente monocultural e neutralizador das diferenças, possibilitando, assim, espaço para o cruzamento e diálogo entre culturas diversas. Há uma breve menção ao conceito de “daltonismo cultural” como um construto a ser superado de modo a abrir espaço para o “arco-íris de culturas” (no texto “Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica”, publicado por Candau em 2008, a autora apresenta a definição desses conceitos).

Os autores propõem que a implementação de recursos como filmes, anúncios, danças, revistas, entre outros, pode gerar oportunidades de tornar a escola um espaço de crítica, capaz de oferecer aos alunos oportunidades de questionar e discutir atitudes preconceituosas e discriminatórias. E acrescentam que evidenciar como determinados conhecimentos foram historicamente construídos pode ser uma iniciativa emancipatória, no sentido de levar à reflexão sobre formas de desafiar e desestabilizar certas perspectivas discriminatórias. Nisso consiste mais um conceito mencionado no artigo: “ancoragem social”.

Com o intuito de sinalizar a importância de que todos os envolvidos no contexto escolar tenham suas práticas norteadas pelo respeito e valorização das diferenças, Moreira e Candau referenciam uma pesquisa conduzida por Candau em 2003, que teve como participantes um grupo de professores da rede pública de ensino do Rio de Janeiro cuja trajetória de trabalho já era norteadada pela perspectiva multicultural. Os dados mostraram que a escola é palco de manifestações de vários tipos de preconceito, sobretudo de ordem social e étnica.

De destaque nessa seção são os comentários acerca dos dados levantados pela pesquisa supracitada, que permitem ao leitor constatar que certas práticas discriminatórias seguem fazendo parte do cotidiano pedagógico – seja no currículo, nas avaliações, nos jogos ou nas interações, em que são comumente identificados o uso de expressões do senso comum e gestos que expressam juízo de valor sobre determinados grupos minoritários. Ao mesmo tempo, os autores constataam que tais preconceitos encontram-se naturalizados e permanecem não reconhecidos em virtude da padronização da igualdade ainda predominante em muitas escolas, o que termina por perpetuar o caráter monocultural do ensino.

A apresentação dos depoimentos dos professores participantes da pesquisa (durante uma atividade de grupo focal – que foi o instrumento de geração de dados) é outro momento elucidativo, em que são descritas situações concretas em que eles vivenciaram situações envolvendo práticas educacionais discriminatórias. Em alguns dos relatos, é possível observar os docentes exercendo sua criticidade e refletindo acerca de iniciativas para sua identificação e mitigação de tais práticas, e o fato de que isso só é possível por meio de ação conjunta foi consensual entre os participantes. Moreira e Candau reiteram que desestabilizar e desnaturalizar práticas discriminatórias não é fácil, pois pressupõe que os professores identifiquem tais aspectos em si próprios, antes de tudo. Conforme apontado pelos autores:

Os participantes do grupo focal identificaram com clareza a problemática da discriminação na sociedade e na escola. No entanto, tiveram dificuldade de assumir a sua própria responsabilidade nos processos de discriminação. Mesmo quando reconheceram as ações discriminadoras no interior da escola e, concretamente, as atitudes e os comportamentos docentes nessa perspectiva, em geral os situaram nos “outros” (p. 166).

Na quarta seção, intitulada “Construindo uma nova perspectiva para a educação escolar”, os autores se encaminham para o fim do texto apontando um possível caminho para a elaboração de um currículo multiculturalmente orientado e, conseqüentemente, uma prática pedagógica democrática. Tal caminho deve ser iniciado já na formação docente, e deve ser pautado pela ação conjunta por meio de diálogos, debates e dinâmicas promovendo a aceitação e o respeito mútuo, aliados à análise das propostas curriculares da escola no contexto dos

desafios impostos pela sociedade globalizada, multicultural e excludente em que vivemos. Esse processo deve ser aliado à reflexão pessoal, visando à tomada de autoconsciência da própria identidade cultural. O comentário de Cantarelli e Genro (2016, p. 293) é complementar a essa necessidade de reflexão por parte do professor, no sentido de que este “também é fruto de suas raízes, crenças, hábitos, tradições, ou seja, da sua própria cultura.” Logo, o processo de ancoragem cultural deve ser anterior à prática de sala de aula.

Enfim, em um artigo que apresenta diversos conceitos associados à valorização da pluralidade cultural no contexto educacional, Moreira e Candau aliam valiosos exemplos de como fazer disso uma realidade. Considerando que o pluralismo de ideias, o respeito à liberdade e o apreço à tolerância são princípios com base nos quais o ensino deverá ser ministrado, conforme previsto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e que a “pluralidade cultural” está incluída nos Parâmetros Curriculares Nacionais, que incluem a “pluralidade cultural” como um dos temas a serem trabalhados, a obra dos referidos autores assume importância ímpar para que possamos refletir e avançar em direção a uma educação mais justa, baseada na diversidade de vozes e ideias em um contexto de convivência social e desenvolvimento do senso de humanidade.

Escrito de forma clara e organizada, “Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos” é recomendado tanto para professores em formação inicial como continuada, podendo também ser integrado à bibliografia das disciplinas do âmbito pedagógico em cursos de graduação e pós-graduação. O leitor que desejar saber mais sobre a importância da (auto)crítica na formação de educadores em uma perspectiva focada no reconhecimento das diferenças, encontrará importantes reflexões e diretrizes acerca das relações entre cotidiano escolar e cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 28 jul. 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais – terceiro e quarto ciclo do Ensino Fundamental – temas transversais: apresentação. MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2021.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Org.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 13-37.

CANTARELLI, Juliana Mezomo; GENRO, Maria Elly Herz. Professores e diversidade na sala de aula: desconstruindo preconceitos e potencializando cidadania. **Revista Reflexão e Ação**, v. 24, n. 2, ago. 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/5243/pdf>. Acesso em: 28 jul. 2021.

CONNELL, Robert William. **Schools and social justice**. Philadelphia: Temple University Press, 1993.